

A FAMÍLIA NA URSS DE 1920 - 1936: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES

*THE FAMILY IN THE USSR OF 1920 - 1936: CONTINUITIES
AND DISCONTINUITIES*

Anelise Martins de Barros¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão sobre as mudanças ocorridas no núcleo familiar russo no período em que ocorreu a revolução bolchevique e a passagem de poder da Lênin para Stalin. Nessas mudanças estão incluídas questões como o lugar feminino dentro da família e a liberdade que as mulheres passam a possuir dentro de uma sociedade que se mostrava disposta a transformações em seu cerne.

Palavras-chave: Palavras-chave: Família, Mulheres, Sociedade.

Abstract: This article proposes a reflection about the changes that had taken place in the Russian family nucleus in the period of a Bolshevik revolution and the change of power from Lenin to Stalin. These changes include questions such as the women's place within the family and the freedom that women come to possess within a society that is willing to change in your center.

Keywords: Keywords: Family, Women, Society.

Introdução

A Revolução Russa de 1917 trouxe mudanças sociais que permeavam os mais diversos setores da sociedade. Um dos setores que passou por diversas mudanças em decorrência da demanda social no período pré e pós revolução foi a família patriarcal². Na tomada de poder pelos bolcheviques, a instituição

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contato: a.nelise_martins@hotmail.com

² A família patriarcal russa, de modo geral, se enquadra em um modelo de comunidade familiar, onde os "camponeses viviam em famílias grandes e multifamiliares, que dividiam a terra, animais, ferramentas e uma economia caseira comum". Friederich Engels em A origem da família, da propriedade privada e do Estado, realiza uma breve análise sobre o modelo de comunidade familiar presente na Rússia, onde aponta a presença de comunidades familiares que vivem sob a

familiar aparenta ser posta em segundo plano pelo governo através do Código Completo do Casamento, da Família e da Tutela, de 1918, e ao longo do tempo aparenta voltar à centralidade das discussões sendo parte do modelo de sociedade ideal. A grande questão é saber se esse modelo que começa a ser implementado em 1918 no decorrer dos anos se transforma de modo a apontar uma descontinuidade do governo de Lênin para o de Stálin ou uma continuidade em que este seguiu o modelo de sociedade pensado por aquele.

Discussões anteriores a Revolução de 1917 sobre a família

A discussão sobre o papel da família e a necessidade de sua extinção precede a Revolução Russa de 1917. Augusto Buonicore em *As mulheres e a luta socialista*, ao fazer um panorama da situação das mulheres, no período anterior a esta Revolução, traz à tona afirmações de Rousseau que via as mulheres como seres inferiores aos homens. Como resposta a essas afirmações, no século XVIII já havia requisições de mulheres por direitos e espaço em sociedades que se voltavam apenas para os homens, como, por exemplo, a francesa.

Após a queda da Bastilha, em 1789, temos um exemplo de reivindicação de mulheres por mais espaço na sociedade francesa ao afirmarem que:

Destruístes os preconceitos do passado, mas permitistes que se mantivesse o mais antigo, que exclui dos cargos, das dignidades das honrarias e, sobretudo, de sentar-se entre vós, a metade dos habitantes do reino (...). Destruístes o cetro do despotismo (...) e todos os dias permitis que treze milhões de escravas suportem as cadeias de treze milhões de déspotas (ALVES; PINTANGUY, 1981, p. 33 *apud* BUONICORE, 2007, p. 1).

Marx e Engels, em *A ideologia Alemã*, de 1846, levantaram a bandeira por uma substituição da economia doméstica e da família individual monogâmica

liderança de um patriarca e "abrange[m] muitas gerações de descendentes de um mesmo pai, os quais vivem juntos, com suas mulheres, sob um mesmo teto; cultivam suas terras em comum, alimentam-se e vestem-se de um fundo comum e possuem coletivamente as sobras dos produtos". Os indivíduos que não estavam ligados ao trabalho no campo, também estavam vinculados a famílias patriarcais, onde as mulheres passavam da guarda do pai para a guarda do marido e os homens eram os chefes de família, conforme afirma Serebrennikov.

por uma economia comunal que acarretaria uma abolição desta configuração familiar (GOLDMAN, 2014, p. 25). Posteriormente, no ano de 1879, Augusto Bebel, um líder dos operários alemães, trouxe a seguinte reflexão: "O que eu como e bebo, como eu durmo e me visto é meu assunto particular, e também é meu assunto privado a relação que tenho com uma pessoa do sexo oposto" (BEBEL, 1910, p. 467), uma oposição a proposição de Marx e Engels.

No socialismo, diferente das outras correntes ideológicas do período, a luta pela igualdade entre os sexos³ se faz presente e termina por se vincular a causa socialista como essencial para que haja uma sociedade igualitária e planificada.

Mudanças sociais a partir do Código da família de 1918

O código da família de 1918 trouxe temas de grande importância para o âmbito familiar. Entre os que mais se destacam são: a regulamentação de que todos os filhos deveriam ser sustentados pelos pais, o que tem por intento eliminar a questão dos "bastardos" e forçar os homens a reconhecer e auxiliar financeiramente os filhos de fora do casamento; a proibição da adoção em virtude de ninguém ter a capacidade de cuidar das crianças como o Estado cuidaria; a aceitação do divórcio a pedido de ambos os cônjuges e não mais apenas por requisição dos homens e, por último, a legalidade do matrimônio, que passou a ser concedida apenas ao casamento registrado de modo civil em detrimento ao casamento religioso.

No livro *Mulher, Estado e Revolução*, Wendy Goldman analisa diversos autores do período sobre o papel da família e de ambos os gêneros dentro da sociedade. Ao tratar da interpretação da família e as questões em torno da liberdade da mulher, a autora afirma que "[s]egundo Alexander Goikhbarg, o

³ O posicionamento de Lênin quanto a igualdade entre os sexos pode ser notada nas notas do diário de Clara Zetkin, escritas em 1920, onde Lênin afirma a Zetkin que "a primeira ditadura do proletariado abre verdadeiramente o caminho para a completa igualdade social da mulher. Elimina mais preconceitos que a montanha de escritos sobre, a igualdade feminina".

jovem e idealista autor do novo Código da Família, este abria caminho para um período no qual as algemas de marido e esposa se tornariam obsoletas” (GOLDMAN, 2014, p. 11). Esse trecho mostra um intento do autor e do Comitê que aprovou o projeto em tornar oficial através da lei esse direito de igualdade entre ambos os sexos e libertar as relações entre homens e mulheres da regulamentação do Estado.

Debates em decorrência do Código da família de 1918

O debate sobre a família rumou para temas amplos como a sexualidade, o amor livre, a regulamentação das relações entre homens e mulheres e a relação das mulheres com os filhos e a maternidade. A respeito do estabelecimento de relações entre homens e mulheres e da sexualidade, intelectuais soviéticos como Alexandra Kollontai e Semen Iakovlevich Vol’fson defendiam que, por meio da libertação das amarras das mulheres e da liberdade através do trabalho, não haveria necessidade de regulamentação do casamento e nem de determinação do Estado sobre a sexualidade dos homens e mulheres. Sendo assim, o “afeto e atração seriam os únicos determinantes da duração de um relacionamento” (GOLDMAN, 2014, p. 14).

No entanto, dentro do socialismo, havia opiniões divergentes a essa auto-regulamentação das relações e da sexualidade como a do próprio Lênin, que acreditava que deveria haver certo comedimento e foi taxado por Wendy Goldman como alguém com “rígidos preconceitos vitorianos” (GOLDMAN, 2014, p. 14). Esse posicionamento de Lênin é reafirmado por Augusto Buonicore no seguinte trecho: “O líder bolchevique, por outro lado, era um crítico ácido das teses do “amor livre”, conforme defendidas por várias feministas, inclusive socialistas. Em janeiro de 1917, pediu que sua amiga Inessa Armand suprimisse de um de seus folhetos a “reivindicação (feminina) do amor livre”. A preocupação de Lênin era de que esta “reivindicação” fosse confundida com a defesa da licenciosidade amorosa” (BUONICORE, 2007, p. 9). Além de Lênin, outros

intelectuais se posicionaram de forma mais cautelosa sobre a plena liberdade sexual no período de transição para o socialismo, pois poderia acarretar gestações em que o Estado não conseguiria cuidar das crianças, segundo Goldman.

Projeto de Estado para as crianças na URSS

As crianças no projeto de Estado idealizado pelos soviéticos nesse momento inicial seriam cuidadas em locais como creches, escolas e similares para que as mulheres pudessem ter liberdade para trabalhar sem se preocupar com os filhos. O livro *La mujer en la Union Sovietica*, de 1943, T. Serebrennikov faz um apanhado sobre a situação social das mulheres na URSS e aponta para as melhorias na qualidade de vida que ocorreram em decorrência da Revolução Bolchevique de 1917 e ao governo de Stálin através da análise de cartas publicadas em jornais como o *Pravda* para mostrar como as mulheres se sentiam na União Soviética.

Em um trecho do livro, o autor transcreve a carta da estudante Olga Lulcashévich onde ela expõe a seguinte afirmação: “Quando nossa filhinha havia crescido um pouco, a levamos a uma creche. O mais difícil havia ficado para trás”⁴ (SEREBRENNIKOV, 1943, p. 30, tradução nossa). Analisando essa afirmação, constatamos a presença de locais públicos para o cuidado das crianças financiados pelo Estado, e que seriam libertadores para as mulheres, porque permitiriam que elas focassem nos estudos e no trabalho sem se aterem às preocupações cotidianas com relação a seus filhos⁵.

⁴ “Cuando nuestra hijita habia crecido un poco, La llevamos a una casa-cuna. Lo más difícil había quedado atrás” (SEREBRENNIKOV, 1943, p. 30).

⁵ No ano de 1919, Lênin aborda essa questão em *Uma grande iniciativa*, onde afirma que “Os restaurantes populares, as creches e jardins de infância: eis os exemplos de tais germes, os meios simples, comuns, que nada têm de pomposo, de grandiloquente, de solene, mas que são realmente capazes de emancipar a mulher, que são realmente capazes de diminuir e eliminar — dada a função que tem a mulher na produção e na vida social — a sua desigualdade em relação ao homem.”

Alguns autores mais radicais apresentaram um projeto de criação parental em que as crianças ficariam distantes dos pais, pois tal proximidade enfraqueceria a formação das mesmas. Goldman aborda esses autores, apontando que, segundo alguns intelectuais, “o Estado poderia fazer um trabalho muito melhor na criação de cidadãos saudáveis. Outros sustentavam que o Estado poderia simplesmente ajudar os pais a combinar o trabalho com a criação dos filhos por meio de um leque de serviços suplementares” (GOLDMAN, 2014, p. 14).

Um dos autores que apresentou um projeto de retirada das crianças da tutela dos pais para a tutela do Estado foi V. Diushen, o qual desenvolveu um projeto onde as crianças seriam colocadas em bairros infantis, onde seriam cuidadas de forma adequada, pois Diushen acreditava que nem mesmo mães pedagogas seriam capazes de cuidar dos seus filhos de modo objetivo. Goikhberg, o criador do código da família, apontava na mesma direção que Diushen e ressaltava que o Estado “proveria resultados consideravelmente melhores do que a abordagem individual, não científica e irracional de pais individualmente ‘amorosos’, mas ignorantes” (GOIKHBERG, 1920, p. 5 *apud* GOLDMAN, 2014, p. 14).

A legalização do aborto

Todas as mudanças expostas nos tópicos anteriores apresentaram influências na legalização do aborto, pois, segundo a maior parte dos autores, a baixa condição financeira e a ausência de emprego faziam com que, na Rússia Czarista, as mulheres praticassem abortos em casa com a ajuda de parteiras ou ingerindo produtos químicos abortivos. Em novembro de 1920, a legalização do aborto foi aprovada por uma comissão de saúde e justiça, para que os abortos não fossem mais realizados em condições inadequadas e passassem a ocorrer em hospitais públicos onde não haveria riscos a vida da mulher.

No entanto, essa aprovação não ocorreu como uma forma de legislação de um direito civil da mulher. Isso fica claro na análise de Goldman, visto que ela

aponta que “Semashko [Defensor da liberação do aborto, enquanto forma de luta contra o aborto clandestino] sentiu a necessidade de salientar que o aborto não era uma questão de direito individual, já que tinha o potencial para diminuir a natalidade e ferir os interesses da sociedade e do Estado” (GOLDMAN, 2014, p. 148).

Acreditava-se que quando as condições sociais e financeiras estivessem melhores, a prática do aborto cairia em desuso e as mulheres trabalhariam e engravidariam para o crescimento da pátria. A legalização do aborto se apresentou enquanto uma medida temporária para que nesse momento transitório do regime houvesse melhorias para o bem-estar social das mulheres.

Consequências da legalização do aborto

O que ocorreu de modo efetivo com a legalização foi o aborto passar a fazer parte do cotidiano das massas que, por diversos motivos, recorriam tanto ao método legal nos hospitais quanto ao ilegal com as parteiras. As causas do aborto eram variadas e não apenas a pobreza, como se havia pensado inicialmente no ato da legalização. Na tabela abaixo, podemos ver as justificativas apresentadas pelas mulheres para a realização do aborto.

Tabela 1- Motivos que levaram mulheres a abortar em 1926

	Moscou e Leningrado		Cidades de Guberniia e Okrug		Outras cidades		Áreas rurais		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Pobreza	19.071	48	15.178	50	7.559	46	7.713	49	49.521	48
Doença	4.910	12	4.090	13	3.554	22	2.973	19	15.527	15
Gravidez escondida	215	0,5	216	0,7	272	2	645	4	1.348	1

Ainda amamentando	2.693	7	2.751	9	940	6	807	5	7.191	7
Não quer outro filho	6.236	16	2.524	8	1.874	11	2.023	13	12.657	12
Desconhecida	6.721	17	5.857	19	2.240	14	1.642	10	16.460	16
Total	39.846	100,5	30.616	99,7	16.439	101	15.803	100	102.704	99

Fonte: Goldman, 2014, p. 159.

Os motivos para a realização do aborto não giravam apenas em torno da pobreza, pois 52% das mulheres apresentavam justificativas diversas, mas a pobreza ainda era o principal fator que fazia com que mulheres recorressem ao aborto. Segundo os legalizadores, com o passar do tempo, as condições financeiras melhorariam e as mulheres não necessitariam mais abortar e poderiam voltar a ter filhos sem recorrer a esse recurso. Todavia, o que temos são operárias e mulheres que trabalhavam recorrendo a esse meio de controle familiar. Em tese, essas mulheres deveriam ter uma melhoria de renda e não mais necessitar abortar para garantir boas condições financeiras para suas famílias. Na tabela abaixo fica nítida a composição social das mulheres que realizavam o aborto.

Tabela 2- Componente Social das mulheres que abortaram em 1926				
Composição social	Mulheres que fizeram aborto		População feminina urbana	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Sluzhaschie	30.240	35	652.692	30
Trabalhadoras	27.605	32	511.532	23
Desempregadas	10.635	12	234.054	11
Khoziaki	3.883	4	152.665	7

Independentes				
Profissionais liberais	349	0,4	7.838	0,4
Outras	14.189	16	617.348	28
Total	86.901	99,4	2.176.129	99,4

Fonte: Goldman, 2014, p. 154

Como pode ser visto na tabela, as *sluzhashchie*⁶ e as trabalhadoras são as mulheres que possuíam o maior índice de aborto, mesmo tendo um salário mensal, e elas optavam pelo aborto por não conseguirem manter a família ou por requisito dos próprios patrões, pois os custos de empregar uma mulher grávida eram considerados exorbitantes devido à licença maternidade remuneradas e aos auxílios que o governo obrigava os empregadores a fornecerem.

Em um determinado trecho, Goldman explora mais a fundo essa questão e expõe que os administradores de fábricas aconselhavam as mulheres grávidas a não buscarem por empregos, devido aos altos custos de licença. Ressalta-se que "as mulheres que se apresentavam para um posto de trabalho eram submetidas a testes de gravidez e eram aconselhadas a fazer abortos ou procurar outro trabalho" (GOLDMAN, 2014, p. 166). Um dos fatores que permite constatar o que mudou entre a tomada do poder pelos bolcheviques e o retorno da família à centralidade da discussão é justamente o aborto que, conforme aumentasse, acarretaria a queda da taxa natalidade.

Proibição do aborto em 1936

Segundo Serebrennikov, a proibição do aborto em 1936 se deu devido ao "cuidado pela saúde da mulher e pelo fortalecimento da família [...]"⁷

⁶ Sluzhashchie, do russo *служащие*, termo usado para se referir as trabalhadoras e aos trabalhadores que não realizavam trabalhos manuais nas indústrias, tais como as secretárias.

⁷ "El cuidado por la salud de la mujer y por el fortalecimiento de la familia [...]" (Serebrennikov, 1943, p. 34)

(SEREBRENNIKOV, 1943, p. 34, tradução nossa) , que melhoraram as condições de vida e permitiram que, com a diminuição da pobreza e o auxílio do Estado, não houvesse mais a necessidade de que as mulheres deixassem sua "obrigação social". Esta é a maneira como Kollontai denomina a maternidade.

Os dados e informações debatidos acima, por si só, já contra-argumentam a afirmação de Serebrennikov a respeito das mulheres já possuírem um nível de vida suficiente para que não necessitassem mais abortar com a finalidade de manter financeiramente e com qualidade de vida suas famílias, porém Serebrennikov, para além de justificar a proibição do aborto, eleva o conceito de família⁸ e fala sobre o fortalecimento da mesma na URSS.

O fortalecimento da família ocorreu em decorrência da brusca queda da taxa de natalidade, a qual foi uma resposta à aprovação do aborto como direito garantido para as mulheres. Na tabela abaixo, pode-se notar a queda da taxa de natalidade em Briansk e Moscou.

Tabela 3- Percentual de aborto por nascimentos					
Briansk			Moscou		
Ano	Abortos	Nascimentos	Ano	Abortos	Nascimentos
1924	35	100	1921	19	100
1925	46	100	1922	21	100
1926	166	100	1923	19	100
1927	244	100	1924	19	100
			1925	31	100
			1926	55	100
			1927	87	100

⁸ A família defendida por Serebrennikov é uma família monogâmica, onde o marido e a mulher estão em um nível igualitário dentro dessa relação. Nas palavras do autor, "la familia soviética está basada en el amor y en una profunda comprensión mutua en la plena igualdad entre el marido y la mujer".

	1928	130	100
	1929	160	100
	1934	271	100
	1935	221	100

Fonte: Goldman, 2014, p. 166.

A taxa de natalidade não conseguiu superar a taxa de abortos ao longo do tempo e se em Moscou no ano de 1935 havia 221 abortos a cada 100 nascimentos, em 1936, não houve como ocorrer a redução dessa taxa. A proibição ocorre devido a uma busca pelo aumento da taxa de natalidade por meio do fim desse meio de controle familiar.

O reforço da família foi uma ferramenta utilizada pelo Estado para garantir a diminuição das taxas de aborto e uma forma de cuidar das crianças que perderam os pais ou moravam na rua, visto que o Estado, não conseguindo olhar por todas as crianças que estavam sob sua tutela, legalizou a adoção através do decreto de 1926. Wendy Goldman explicita melhor a situação dessas crianças em números ao afirmar que: "Em 1927, existiam aproximadamente 190 mil crianças em instituições estatais, e entre 95 mil e 125 mil nas ruas" (GOLDMAN, 2014, p. 176).

Conclusão

De 1920 a 1936, a URSS passou por muitas mudanças que mostram continuidades e descontinuidades como exposto ao longo do texto. A busca pela redução dos índices de aborto é uma continuidade entre o governo de Lênin e Stálin, no sentido de ser desejada desde o surgimento da legalização. Melhorias na qualidade de vida deveriam permitir que mulheres soviéticas não necessitassem recorrer a essa prática para ter um mínimo de bem-estar.

O Estado não conseguiu melhorar as condições sociais dos indivíduos e o aborto trouxe uma redução da taxa de natalidade em resposta às dificuldades

que permaneceram. A proibição legal do aborto é uma descontinuidade entre os governos por não ser uma auto-regulamentação da sociedade em respostas as melhorias, conforme Lênin esperava. O retorno da centralidade da família na sociedade e não mais o foco em sua extinção se mostra como uma completa descontinuidade com o planejamento inicial dos anos 20, porém uma descontinuidade considerada necessária para solucionar os problemas da queda da taxa de natalidade e das crianças, que o Estado não conseguia abranger com a quantidade de creches que existiam na União Soviética desse período.

Em suma, tais continuidades e descontinuidades nos permitem vislumbrar o papel feminino dentro da sociedade soviética, tanto no que tange as mudanças ocorridas na família patriarcal quanto ao que envolve a mulher enquanto um indivíduo independente em busca de espaço na sociedade por meio da educação e do trabalho, assim como o quanto o governo desse período atuou na busca por mudanças que permitissem melhorias ao bem-estar social.

Referências bibliográficas

- BROWN, Archie. **Ascensão e queda comunista**. São Paulo: Editora Record, 2011.
- BUONICORE, Augusto. **As mulheres e a luta socialista**. In: MACIEL, D.; MAIA, C.; e LEMOS, A. (Orgs). **Revolução Russa: Processos, personagens e influências**. Goiás: CEPEC, 2007.
- ENGELS, Friederich. **A origem da Família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda., 1964
- GABRIEL, Ruan. **União Soviética foi pioneira no direito das mulheres, diz historiadora**. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/05/uniao-sovietica-foi-pioneira-nos-bdireitos-das-mulheresb-afirma-historiadora-americana.html>>. Acesso em: 8 de junho de 2016.
- GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social (1917-1936)**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- LÊNIN, V. **O socialismo e a emancipação da mulher**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/07/28.htm>>. Acesso em: 25 de agosto de 2016.

Serebrennikov, T. **La mujer en la Unión Soviética**. Moscou: Ediciones de Moscou. 1943.

SIEGELBAUM, Lewis. **Abolition of legal abortion**. Disponível em: <<http://soviethistory.msu.edu/1936-2/abolition-of-legal-abortion/>>. Acesso em: 8 de junho de 2016.

SUHARA, Manabu. **Russian Industrial Statistics**. Tokyo: Russian Research Center, Institute of Economic Research, Hitotsubashi University, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10086/28396>>. Acesso em: 25 de agosto de 2017.

ZETKIN, Clara. **Lênin e o Movimento Feminino**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1920/mes/lenin.htm>>. Acesso em: 25 de agosto de 2017.

Recebido em: 16/02/2017

Aprovado em: 20/06/2017